

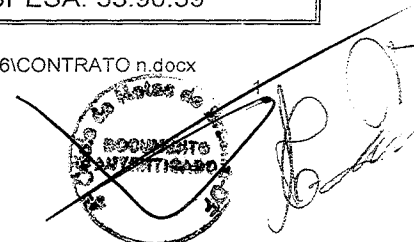
PROCESSO STJ n. 17582/2015

CONTRATO STJ n. 02/2016

DADOS SOBRE A EMPRESA CONTRATADA		
<b>CONTRATADA:</b> AIRES TURISMO LTDA EPP		
<b>CNPJ/MF:</b> 06.064.175/0001-49		
<b>ENDEREÇO:</b> SHCG/Norte CLR Quadra 714 Bloco "H" Loja 20 – Asa Norte		
<b>CIDADE:</b> Brasília	<b>UF:</b> DF	<b>CEP:</b> 70.760-558
<b>TELEFONES:</b> (61) 3255-2100 / 2130	<b>E-MAIL:</b> 'airesturismo@airesturismo.com.br' / 'gerencia.comercial@airesturismo.com.br'	
<b>BANCO:</b> Banco do Brasil	<b>AGÊNCIA:</b> 3382-0	<b>C/C:</b> 432.329-7
<b>REPRESENTANTE:</b> MARIA TEREZINHA PEREIRA AIRES		
<b>CPF:</b> 259.445.841-49	<b>RG:</b> 538.091 SSP/DF	

DADOS SOBRE O CONTRATO
<b>OBJETO:</b> Prestação de serviço de emissão, reserva, alteração, cancelamento e reembolso de passagens aéreas nacionais e internacionais, incluindo emissão de seguro de assistência em viagem internacional.
<b>FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:</b> Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005, n. 6.204, de 5 de setembro de 2007, e subsidiariamente, Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.
<b>MODALIDADE:</b> Pregão Eletrônico n. 215/2015.
<b>VIGÊNCIA:</b> de <u>11 / 01 / 2016</u> a <u>10 / 01 / 2017</u> .
<b>VALOR DO CONTRATO:</b> R\$ 2.974.707,90 (dois milhões, novecentos e setenta e quatro mil, setecentos e sete reais e noventa centavos).
<b>UNIDADE FISCALIZADORA:</b> Seção de Apoio Logístico, Coordenadoria de Serviços Especiais e Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.
<b>OBSERVAÇÕES:</b> - A CONTRATADA deverá apresentar, no ato da assinatura, a documentação indicada nos subitens 13.5.6 a 13.5.12 do edital. - A CONTRATADA deverá apresentar garantia contratual, conforme previsão contida na Cláusula Décima Segunda.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
N. EMPENHO: 2016NE000001	DATA: 06/01/2016	VALOR: R\$ 83.943,96
P. TRABALHO: 02.128.0568.20G2.5664		N. DESPESA: 33.90.33
N. EMPENHO: 2016NE000002	DATA: 06/01/2016	VALOR: R\$ 422,22
P. TRABALHO: 02.128.0568.20G2.5664		N. DESPESA: 33.90.39
N. EMPENHO: 2016NE000040	DATA: 06/01/2016	VALOR: R\$ 163.948,37
P. TRABALHO: 02.061.0568.4236.5664		N. DESPESA: 33.90.33
N. EMPENHO: 2016NE000041	DATA: 06/01/2016	VALOR: R\$ 827,78
P. TRABALHO: 02.0610568.4236.5664		N. DESPESA: 33.90.39



*Superior Tribunal de Justiça*

**PROCESSO STJ n. 17582/2015**

**CONTRATO STJ n. 02/2016**

Prestação de serviço de emissão, reserva, alteração, cancelamento e reembolso de passagens aéreas nacionais e internacionais, incluindo emissão de seguro de assistência em viagem internacional.

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas têm entre si justo e avençado o objeto a seguir descrito, com fundamento na Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, nos Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005, n. 6.204, de 5 de setembro de 2007, e subsidiariamente, na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CONTRATANTE:**

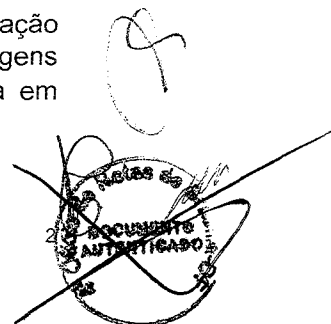
**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ**, Órgão integrante do Poder Judiciário da União, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n. 00.488.478/0001-02, com sede no SAF Sul, Quadra 06, Lote 01, Brasília-DF, representado por seu Diretor-Geral, **MIGUEL AUGUSTO FONSECA DE CAMPOS**, brasileiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n. 004.881.942-53, portador da Cédula de Identidade n. 782.043, expedida pela SSP/PA, e por seu Secretário de Administração, **SÉRGIO JOSÉ AMÉRICO PEDREIRA**, brasileiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n. 257.694.567-87, portador da Cédula de Identidade n. 3.650.092, expedida pela SSP/DF, residentes e domiciliados nesta Capital.

**CONTRATADA:**

**AIRES TURISMO LTDA EPP**, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n. 06.064.175/0001-49, com sede SHCG/Norte CLR Quadra 714 Bloco "H" Loja 20 – Asa Norte, Brasília – DF, neste ato representada por sua sócia, **MARIA TEREZINHA PEREIRA AIRES**, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n. 259.445.841-49, portadora da Cédula de Identidade n. 538.091, expedida pela SSP/DF, residente e domiciliada nesta capital.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1** Constitui objeto deste Contrato a prestação pela CONTRATADA, a prestação de serviço de emissão, reserva, alteração, cancelamento e reembolso de passagens aéreas nacionais e internacionais, incluindo emissão de seguro de assistência em viagem internacional.



1.2 As especificações constantes do edital de licitação, do termo de referência e da proposta comercial aderem a este Contrato e dele fazem parte, independentemente de transcrição.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO**

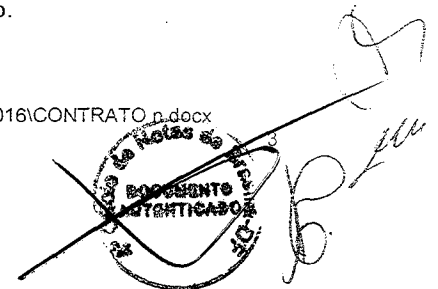
2.1 A CONTRATADA deverá executar os serviços, observando o contido no Anexo I deste Contrato.

2.2 O CONTRATANTE poderá realizar o pagamento por meio de cartão de pagamento, respeitada a legislação vigente, no caso de implementação desta modalidade pelo CONTRATANTE.

2.3 O CONTRATANTE poderá realizar vistoria nas instalações e nos equipamentos da CONTRATADA durante a vigência contratual.

2.4 O CONTRATANTE realizará fiscalizações bimestrais quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais, inclusive a conferência dos valores recolhidos pela CONTRATADA, em especial:

- i) anotações na carteira de trabalho dos empregados alocados na prestação de serviço durante a vigência do contrato (permanentes e reservas), para comprovar o registro profissional, o valor do salário e o cumprimento das obrigações trabalhistas;
- ii) pagamento de salários e do 13º salário, por meio dos respectivos depósitos bancários;
- iii) fornecimento de benefícios (transporte, alimentação) com a anuência expressa dos empregados;
- iv) concessão e pagamento de férias, conforme recibo, anotações e documentos bancários;
- v) realização de exames médicos obrigatórios, nos termos da legislação específica;
- vi) recolhimento individual do FGTS e devidos comprovantes;
- vii) cumprimento das determinações dos acordos coletivos;
- viii) cumprimento das garantias provisórias no emprego (gestantes, acidente de trabalho, etc.);
- ix) recolhimento da contribuição previdenciária (empregados e empregador, conforme o caso) com os devidos comprovantes;
- x) pagamento das verbas rescisórias dos empregados alocados na prestação de serviços, inclusive os substitutos, por meio do respectivo depósito bancário;
- xi) verificação do número de dias e horas trabalhadas, intervalos, por meio da folha de ponto;
- xii) demais obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias, contratuais devidas para cada categoria profissional alocada na prestação de serviço.



### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS**

**3.1** A CONTRATADA deverá iniciar a prestação dos serviços, imediatamente após a assinatura do contrato, sendo que para a instalação da unidade de atendimento, disporá do prazo máximo de **dez dias úteis**.

**3.2** A CONTRATADA deverá entregar, diretamente ao requisitante, os bilhetes de passagens aéreas nacionais no prazo de até **trinta minutos** e internacionais em até **sessenta minutos**, após a solicitação.

**3.2.1** Excepcionalmente, em caráter de urgência, a emissão de bilhete de passagem aérea poderá ser solicitada pelos gestores do contrato, sem a obediência aos prazos previstos no subitem 3.2, devendo a CONTRATADA, nesse caso, atendê-los com a agilidade requerida.

**3.3** A CONTRATADA deverá reembolsar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias o valor da passagem aérea não utilizada (ou qualquer outro crédito resultante de remarcação ou alteração do bilhete), subtraído do valor referente à taxa de reembolso e das demais taxas fixadas por dispositivos legais que regulam a matéria, devidamente comprovados, em virtude da não utilização do bilhete, inclusive em decorrência da rescisão ou extinção contratual;

**3.4** A CONTRATADA deverá carregar os dados fornecidos pelo CONTRATANTE no Sistema de Gestão de Viagens Corporativas e realizar a customização para utilização pelo CONTRATANTE em até 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do Contrato, e sem ônus adicionais para este.

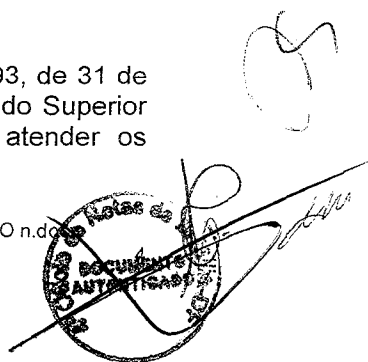
**3.5** A CONTRATADA deverá treinar, sem custo para a CONTRATANTE, até 30 (trinta) pessoas em turmas de até 10 (dez) treinandos, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas, a iniciar-se em até 20 (vinte) dias após o término dos procedimentos descritos no item anterior, sem ônus adicionais para o CONTRATANTE, visando alcançar a operacionalização do Sistema de Gestão de Viagens Corporativas. O treinamento deverá ocorrer nas dependências do CONTRATANTE.

**3.6** A CONTRATADA deverá fornecer, quinzenalmente, juntamente com as faturas emitidas pela CONTRATADA, as faturas emitidas pelas companhias aéreas referentes às passagens aéreas compradas pelo órgão, nas quais deverão constar a descrição dos bilhetes e seus respectivos valores. No caso de impossibilidade comprovada do fornecimento quinzenal por parte das companhias aéreas dos relatórios em que constem os bilhetes descritos nas faturas encaminhadas pela CONTRATADA, a Administração poderá aceitar o recebimento mensal das informações requeridas. O pagamento das faturas emitidas pela CONTRATADA estará condicionado à apresentação das mencionadas faturas emitidas pelas companhias aéreas.

**3.7** A CONTRATADA deverá fornecer, sempre que solicitada, em casos excepcionais de dúvidas por parte da CONTRATANTE, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a comprovação dos valores vigentes das tarifas na data da emissão das passagens, por companhia aérea, no qual conste relação das passagens emitidas e seus respectivos valores.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE**

**4.1** A CONTRATADA declara que recebeu cópia da Portaria STJ n. 293, de 31 de maio de 2012, tendo sido informada sobre a política de sustentabilidade do Superior Tribunal de Justiça, comprometendo-se pelo presente instrumento a atender os





requisitos legais e os definidos na referida Portaria, se aplicáveis ao objeto deste contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA– DA VIGÊNCIA

5.1 O prazo de vigência do Contrato será de **doze meses**, contado da data da assinatura, podendo ser prorrogado, por mútuo acordo entre as partes, mediante termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, observado o limite de **sessenta meses**.

5.2 A prorrogação da vigência do Contrato em exercícios subsequentes ficará condicionada à avaliação da qualidade dos serviços prestados, à comprovação da compatibilidade dos preços conforme o mercado, bem como à existência, em cada ano, de dotação orçamentária para suportar as despesas dele decorrentes.

5.3 Por ocasião da prorrogação, será também verificada a existência de registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no Portal da Transparência (<http://portaltransparencia.gov.br>) e no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em atendimento ao disposto no Acórdão 1793/2011 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

5.4 Quando do encerramento ou rescisão contratual, na impossibilidade de reversão da totalidade das passagens não utilizadas, o montante a ser glosado poderá ser deduzido da garantia de que trata a Cláusula Décima Segunda ou mediante reembolso do valor respectivo por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU;

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

6.1 As partes ajustam que os preços dos serviços são os constantes da Proposta apresentada pela CONTRATADA em 29/12/2015, conforme as especificações abaixo:

SERVIÇO	(A) Qtde de Passagem Anual	Valores em R\$			
		(B) Percentual de Desconto – RAV menor que R\$ 0,00 (R\$)	(C) RAV (R\$)	(D) Valor Anual das Passagens (R\$)	(E) = [D-(D x B)] Valor Anual Estimado da Contratação (R\$)
Emissão de passagens aéreas nacionais e internacionais	3.541	0,00	0,00	2.974.707,90	2.974.707,90
SEGURO VIAGEM INTERNACIONAL (R\$)					15.000,00
VALOR DA TAXA DE CESSÃO DE USO				VALOR MENSAL R\$	***
				724,22	8.690,64
TOTAL GERAL (R\$)					



**6.2 O CONTRATANTE pagará, ainda, à CONTRATADA os valores das passagens aéreas acrescidas das taxas de embarque e de assentos conforto, eventualmente solicitados, emitidas no período faturado.**

**6.3** No preço ajustado estão inclusos todos os encargos que a CONTRATADA experimentará no cumprimento das obrigações ora assumidas.

**6.4** Não haverá pagamento de remuneração ao agente de viagens (RAV) nas solicitações de reserva de viagem, emissões de seguro de assistência em viagem internacional, de relatórios gerenciais e de comprovantes de embarque.

**6.5** O preço das passagens aéreas, a ser cobrado pela CONTRATADA, deverá estar de acordo com as tabelas praticadas pelas companhias aéreas, inclusive em casos de tarifas promocionais, nas formas estabelecidas pelos órgãos governamentais reguladores.

**6.6** A CONTRATADA repassará todas as vantagens e tarifas-acordo (tarifa negociada entre a CONTRATADA e a companhia aérea) que vier a celebrar com as companhias aéreas.

**6.7** Os descontos provenientes das tarifas promocionais e dos acordos comerciais tipo "Tour Code" (comissionamento pago por algumas companhias aéreas de acordo com o trecho) concedidos pelas companhias aéreas à CONTRATADA deverão ser repassados ao CONTRATANTE.

**6.8** O valor da Remuneração do Agente Viagem – RAV, constante da coluna "B", do item 6.1 acima, poderá ser reajustado decorrido doze meses de vigência do Contrato, mediante negociação entre as partes, tendo como limite máximo a variação do IGP/DI – FGV ocorrida nos doze meses anteriores ao reajuste, contados da data limite da apresentação da proposta, caso a CONTRATADA ofereça RAV maior que 0,00.

**6.8.1** Caso a CONTRATADA ofereça RAV igual ou inferior a R\$ 0,00 (zero), não há que se falar em pagamento ou reajuste da RAV.

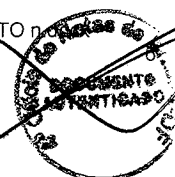
#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**7.1** As partes ajustam que o valor do presente Contrato fica estimado em R\$ 2.974.707,90 (dois milhões, novecentos e setenta e quatro mil, setecentos e sete reais e noventa centavos), conforme consignado no item 6.1.

**7.2** As despesas com a execução deste Contrato serão atendidas com os recursos consignados ao CONTRATANTE no Orçamento Geral da União e suplementações a ele incorporadas.

**7.3** Foram emitidas as Notas de Empenho de acordo com as especificações constantes do quadro abaixo:

Nota de Empenho	Data	Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Tipo	Valor (R\$)
2016NE000001	06/01/2016	02.128.0568.20G2.5664	33.90.33	Estimativo	83.943,96



2016NE000002	06/01/2016	02.128.0568.20G2.5664	33.90.39	Estimativo	422,22
2016NE000040	06/01/2016	02.061.0568.4236.5664	33.90.33	Estimativo	163.948,37
2016NE000041	06/01/2016	02.061.0568.4236.5664	33.90.39	Estimativo	827,78

**7.4** O número da Nota de Empenho, bem como a indicação dos recursos para atender às despesas do presente Contrato durante o(s) exercício(s) subsequente(s), deverão ser registrados no sistema SIAFI e Conta Contratos e lançados no sistema Administra.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO**

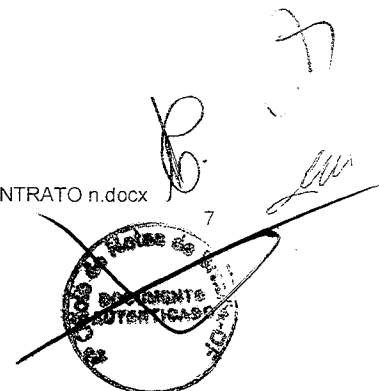
**8.1** Para efeitos de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, quinzenalmente, o documento de cobrança, emitido até o 10º (décimo) dia útil subsequente, referente aos serviços prestados na quinzena anterior, (pagamento quinzenal), informando o nome e número do banco, a agência e o número da conta-corrente em que o crédito deverá ser efetuado.

**8.1.1** As faturas e/ou notas fiscais deverão ser emitidas separadamente, por unidade fiscalizadora, acompanhada dos relatórios de faturamento de bilhetes emitidos pelas companhias aéreas, contendo informação analítica com os seguintes campos:

- a) Número da Requisição;
- b) Centro de Custo;
- c) Nome do Passageiro;
- d) Nome da companhia aérea;
- e) Número do bilhete;
- f) Trecho;
- g) Valor da tarifa;
- h) Valor da taxa RAV ou do desconto percentual, se for o caso, sobre cada bilhete;;
- i) Valor das taxas:
  - i.1) taxa de embarque nacional;
  - i.2) taxa de embarque internacional (separando os valores das taxas sob competência de empresas sediadas no Brasil e da Infraero daquelas cobradas por empresas e aeroportos estrangeiros e suas respectivas retenções);
  - i.3) eventuais taxas de repasse a terceiros;
  - i.4) outras taxas sobre as quais incidam retenção; e
  - i.5) assento conforto ou similar.
- j) Valor da apropriação (tarifa + taxas – desconto);
- k) Valor da retenção sobre a tarifa;
- l) Valor de retenção sobre a RAV;
- m) Valor total das retenções (retenção tarifa + retenção das taxas); e
- n) Valor líquido a ser pago (valor total da apropriação – valor total das retenções).

**8.1.2** As notas fiscais/faturas do Seguro de Assistência de Viagem Internacional deverão vir acompanhadas de relatório analítico com os seguintes campos:

- a) Qualificação da empresa seguradora;
- b) Nome do beneficiário do seguro de viagem;
- c) Data da emissão do seguro;
- d) Trecho correspondente da viagem;
- e) Valor do seguro;



*Superior Tribunal de Justiça*

- f) Valor das retenções;
- g) Número do bilhete a que se refere o seguro.
- h) Valor total do seguro

8.1.3 Deverão ser considerados para cada quinzena os serviços prestados correspondentes ao período de 1º a 15 e 16 a 31 de cada mês.

8.2 Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela CONTRATADA, na Seção de Protocolo Administrativo do CONTRATANTE, localizada no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 6, lote 1, bloco "B", sala B-003, Térreo, Edifício dos Plenários, Brasília-DF.

8.3 O pagamento será efetivado mediante crédito realizado em conta-corrente bancária no prazo abaixo:

a) **cinco** dias úteis, contados da apresentação da fatura, no caso de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/1993;

b) **dez** dias úteis, contados da atestação da nota fiscal, para os demais casos.

8.4 O pagamento será efetuado somente após a atestação da nota fiscal.

8.4.1 Nos casos contemplados pelo item 8.3, alínea "b", a atestação deverá ocorrer no prazo de até **cinco** dias úteis a contar:

a) da apresentação da nota fiscal, no caso de pagamento parcelado ou em etapas;

b) do recebimento definitivo, nos demais casos.

8.5 Caberá ao servidor do CONTRATANTE, responsável pela fiscalização do presente Contrato, atestar os documentos de cobrança e encaminhá-los à Secretaria de Orçamento e Finanças, para fins de pagamento.

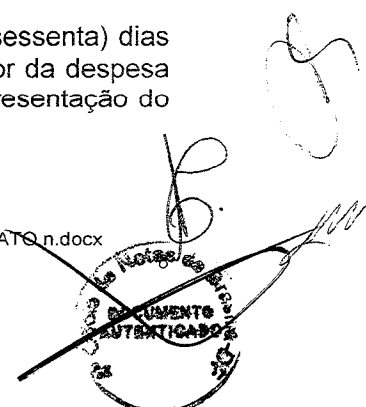
8.6 O inadimplemento do pagamento na data aprazada, conforme disposto no subitem 8.3, desde que motivado pelo CONTRATANTE, acarretará a correção monetária do valor devido, calculada *pro rata tempore*, até a data do efetivo pagamento, com base no último percentual divulgado do IGP/DI-FGV.

8.7 Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas neste Contrato ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a CONTRATADA deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança.

8.8 Ocorrendo a hipótese prevista no subitem 8.7, o prazo para o pagamento do novo documento de cobrança obedecerá a regra estabelecida no subitem 8.3. e os valores pagos serão os vigentes na data da efetiva prestação dos serviços.

8.9. Os valores não processados na fatura relativa à quinzena da ocorrência deverão ser processados na próxima fatura emitida pela CONTRATADA.

8.10 O valor da passagem aérea não reembolsada no prazo de 60 (sessenta) dias será glosado dos créditos devidos em favor da CONTRATADA, e o valor da despesa de cancelamento e reembolso será pago, posteriormente, mediante apresentação do extrato da despesa expedido pela companhia aérea.



**8.11** No caso de não utilização de bilhete de passagem, em seu percurso total ou parcial, o CONTRATANTE deverá solicitar formalmente à CONTRATADA, o ressarcimento do valor correspondente ao trecho (crédito), e esta deverá emitir a correspondente Nota de Crédito.

**8.12.** Na época do encerramento ou da rescisão contratual, na impossibilidade de reversão da totalidade dos créditos de remarcações e cancelamentos de bilhetes, o montante a ser glosado poderá ser deduzido da garantia apresentada na contratação, ser reembolsado ao STJ, mediante recolhimento do valor respectivo por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, ou ainda cobrada judicialmente.

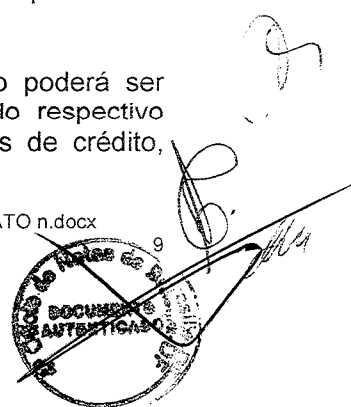
**8.13** Será condição para o pagamento a apresentação das faturas emitidas pelas companhias aéreas, referentes às passagens aéreas compradas pela CONTRATANTE, sem as quais restará suspenso aquele procedimento.

**8.13.1** As faturas mencionadas no subitem 8.13 deverão apresentar apenas os bilhetes adquiridos pelo CONTRATANTE ou estes deverão vir discriminados e seus respectivos valores.

**8.13.2** Constatada diferença em desfavor da Administração, pelo cotejo entre o valor cobrado pela CONTRATADA e o custo efetivo do bilhete informado pela companhia aérea, a CONTRATADA deverá adotar providências com o objetivo de devolver os valores cobrados a mais, por meio de notas de crédito. Caso as diferenças em desfavor da Administração superem os valores a serem ainda pagos à CONTRATADA, poderão elas ser cobradas mediante emissão de Guia de Recolhimento da União (GRU), descontadas da garantia ou, ainda, cobradas judicialmente.

**8.14** A CONTRATADA deverá apresentar, bimestralmente, juntamente com as faturas referentes à segunda quinzena do mês de referência, os seguintes documentos:

- a) comprovação do recolhimento das contribuições sociais ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Previdência Social dos empregados alocados na prestação dos serviços, na forma da legislação vigente, compatível com o efetivo declarado;
- b) relação nominal dos profissionais alocados nos postos de trabalho durante os meses de referência da cobrança, relacionando as respectivas cargas horárias efetivamente prestadas;
- c) cópia da folha de pagamento dos empregados alocados na prestação dos serviços dos meses de faturamento;
- d) resumo do controle de frequência de seus empregados, constando os afastamentos e as correspondentes coberturas;
- e) comprovante dos depósitos bancários de pagamento para os empregados objeto deste Contrato, relativo ao período anterior ao mês de faturamento;
- f) comprovante de fornecimento do auxílio-transporte e do auxílio-alimentação, devidamente assinado pelos funcionários, com a indicação dos valores e períodos a que se referem os benefícios;
- f.1) a prova de pagamento do vale transporte e auxílio alimentação poderá ser apresentada por relação nominal, em ordem alfabética, assinada pelo respectivo empregado, ou por documento emitido por administradoras de cartões de crédito,



Superior Tribunal de Justiça

assinado pelo seu responsável em todas as páginas, com menção obrigatória da data em que foi efetivado o recebimento desses benefícios, o período a que corresponde o uso, e os valores percebidos. Caso haja algum funcionário não optante do vale transporte, tal situação também deverá ser informada;

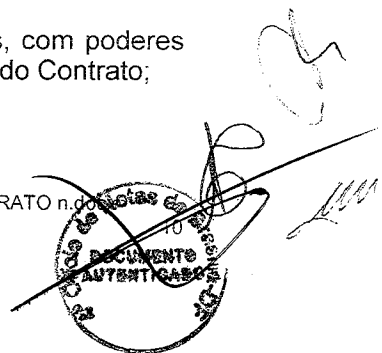
**8.15** O STJ exigirá da(s) empresa(s) contratada(s), por ocasião do pagamento, a apresentação dos comprovantes de regularidade junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados e junto à Caixa Econômica Federal, por meio do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS.

**8.16** A CONTRATADA deverá comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, de acordo com a Lei n. 12.440/2011, de 07/07/2011.

## CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

**9.1** Além das demais obrigações expressamente previstas neste Contrato e de outras decorrentes da natureza do ajuste, deverá a CONTRATADA:

- a) reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
- b) fornecer, a qualquer momento, todas as informações pertinentes ao objeto deste Contrato, que o CONTRATANTE julgue necessário conhecer ou analisar;
- c) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento do CONTRATANTE;
- d) empregar, na execução dos serviços, profissionais capacitados, especializados no trato de tarifas e emissão de passagens aéreas nacionais e internacionais, devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, da empresa, com fotografia recente e substituir, no prazo de vinte e quatro horas, os empregados entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;
- e) Arcar e responsabilizar-se, com as despesas diretas e indiretas de seus empregados, tais como: salários, transporte, alimentação, diárias, assistência médica, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados no desempenho dos serviços, ficando ainda a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;
- f) A licitante vencedora deverá, no momento da assinatura do contrato, autorizar o STJ a realizar verificações na documentação relativa ao pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores.
- g) manter preposto, responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante, para tratar com o CONTRATANTE sobre a execução do Contrato;



- h) capacitar seus empregados para as normas relativas à segurança e à prevenção de acidentes, bem como as normas internas instituídas pelo CONTRATANTE;
- i) responsabilizar por quaisquer acidentes sofridos pelos empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades;
- j) comunicar de imediato ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada na execução do Contrato, prestando os esclarecimentos que julgar necessários;
- k) fornecer, sempre que o CONTRATANTE solicitar, declarações expedidas por companhias aéreas legalmente estabelecidas no País, de que é autorizada a comercializar passagens em nome destas e que possui idoneidade creditícia e se encontra em dia com obrigações contratuais e financeiras perante as mesmas, aplicando-se a mesma regra no caso de empresa consolidada contratada em relação à consolidadora.
  - k.1) Serão aceitas declarações emitidas em nome de agências consolidadoras desde que comprovado o vínculo para emissões de passagens entre a agência consolidada e a respectiva consolidadora.
- l) efetuar os pagamentos às companhias aéreas, referentes aos bilhetes emitidos, nos prazos exigidos por elas, não respondendo o CONTRATANTE solidária ou subsidiariamente por esses pagamentos, que são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;
- m) manter atualizada a relação das companhias filiadas, com as quais mantenha convênio, informando periodicamente ao CONTRATANTE as inclusões e/ou exclusões;
- n) abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto deste Contrato, sem prévia autorização do CONTRATANTE;
- o) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços avençados;
- p) atender, por meio de preposto nomeado, qualquer solicitação por parte dos gestores do Contrato em até 2 (duas) horas, a contar do momento do acionamento, prestando as informações referentes à prestação dos serviços, bem como as correções de eventuais irregularidades na execução do objeto contratado;
- q) cumprir e fazer cumprir, por meio de seus prepostos ou conveniados, leis, decretos, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria do Contrato, como também aquelas referentes à segurança e à medicina do trabalho, cabendo-lhes total e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão;
- r) solucionar os problemas que venham a surgir, relacionados com reservas de passagens, tarifas de embarque e quaisquer outras logísticas de embarque, em aeroportos no Brasil ou no exterior.
- s) manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da contratação, devendo orientar seus funcionários nesse sentido.

25

*[Handwritten signature]*

**NOTAS DE RECEBIMENTO**  
**DOCUMENTO AUTENTICADO**

*[Circular stamp with text and handwritten marks]*

*Superior Tribunal de Justiça*

t) Acatar a fiscalização do CONTRATANTE, comunicando, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução.

u) comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras que serão objeto de apreciação pelo CONTRATANTE.

v) responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal de sua residência até as dependências da CONTRATANTE, e vice-versa, para a realização dos serviços contratados.

w) apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no Contrato.

x) emitir faturas e/ou notas fiscais separadas, por unidade gestora / fiscalizadora.

y) Fornecer quinzenalmente, juntamente com as faturas emitidas pela CONTRATADA, as faturas emitidas pelas companhias aéreas referentes às passagens aéreas compradas pelo órgão, nas quais deverão constar a descrição dos bilhetes e seus respectivos valores. No caso de impossibilidade comprovada do fornecimento quinzenal por parte das companhias aéreas dos relatórios em que constem os bilhetes descritos nas faturas encaminhadas pela CONTRATADA, a Administração poderá aceitar o recebimento mensal das informações requeridas. O pagamento das faturas emitidas pela CONTRATADA estará condicionado à apresentação das mencionadas faturas emitidas pelas companhias aéreas.

z) apresentar aos gestores, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, as políticas atualizadas de no-show, remarcação e reembolso de todas as empresas aéreas que atuam regularmente nos mercados regional e nacional e das principais companhias internacionais afiliadas à IATA, informando todas as alterações posteriores.

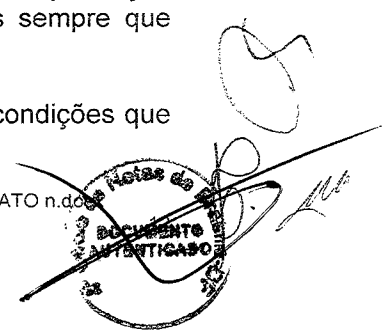
aa) comparecer a reuniões, sempre que convocada pelo CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da notificação por memorando, e-mail ou telefone, sendo obrigatória a presença de seu Sócio-Proprietário, Diretor-Executivo e/ou preposto legalmente constituído e designado.

ab) viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados alocados para prestação dos serviços objeto do presente contrato.

ac) viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas.

ad) oferecer todos os meios necessários aos empregados alocados para prestação dos serviços para obtenção de extrato de recolhimento dos impostos sempre que solicitado pela fiscalização do contrato.

ae) manter, durante todo o período de vigência do ajuste, todas as condições que ensejaram a contratação.



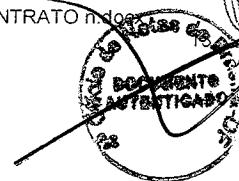


*Superior Tribunal de Justiça*

**9.2** Poderá o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir da CONTRATADA a comprovação das condições referidas na alínea "ae" do item 9.1.

**9.3** Além das demais obrigações previstas neste Contrato e de outras decorrentes da natureza do ajuste, deverá o CONTRATANTE:

- a) proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso de representantes, prepostos ou empregados da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE, observadas as normas de segurança institucional.
- b) acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei n. 8.666/1993;
- c) rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com este Contrato;
- d) proceder ao pagamento do Contrato, na forma e no prazo pactuados;
- e) emitir requisição de passagem aérea, assinada pelo servidor designado, indicando nome do passageiro, trechos e datas da viagem.
- f) notificar, por escrito, à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a devida correção;
- g) disponibilizar espaço físico adequado para a instalação da unidade de atendimento, observadas as definições de ocupação de espaços internos no prédio do CONTRATANTE.
- h) permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes aos serviços contratados.
- i) promover o acompanhamento e a fiscalização desta contratação, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.
- j) atestar a execução do objeto por meio de gestor especificamente designado.
- k) emitir requisição de passagem aérea, assinada por servidor designado, indicando nome do passageiro, trechos e datas da viagem.
- l) solicitar comprovação do valor vigente das tarifas, seja na data de emissão dos bilhetes de passagem, seja por meio dos relatórios de faturamento mensais das companhias aéreas encaminhados à CONTRATADA e que deverão ser encaminhadas ao CONTRATANTE juntamente das faturas. Os valores efetivamente não comprovados serão glosados nos pagamentos devidos à CONTRATADA.
- m) solicitar formalmente à CONTRATADA, no caso de não utilização de bilhete de passagem, em seu percurso total ou parcial, o ressarcimento do valor correspondente ao trecho (crédito), situação em que a CONTRATADA deverá emitir a correspondente Nota de Crédito que deverá conter detalhadamente os encargos descontados pelas empresas aéreas, segundo as regras tarifárias então vigentes, bem como os relatórios de crédito emitidos pelas companhias aéreas, a fim de proporcionar a conferência por parte dos gestores do contrato.



n) fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais, inclusive com a conferência dos valores recolhidos pela CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

**10.1** Nos termos do art. 86, da Lei n. 8.666/1993, fica a CONTRATADA, em caso de atraso injustificado na execução do ajuste, sujeita à multa moratória de 0,3% ao dia, limitada a dez por cento, calculada sobre o valor da parcela inadimplida.

**10.2** Na hipótese do item anterior, decorrido o lapso de trinta dias, a Unidade Gestora do CONTRATANTE deverá manifestar-se sobre o interesse na continuidade da execução do Contrato.

**10.3** Não havendo mais interesse do CONTRATANTE na execução do Contrato, total ou parcialmente, em razão do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das condições avençadas, poderá ser aplicada multa compensatória de vinte por cento sobre o valor da parcela inadimplida, nos termos do inciso II, do artigo 87, da Lei n. 8.666/1993.

**10.4** Durante vigência contratual, a falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 2 seguinte, respeitada a graduação de infrações conforme Tabela 1 do item 14.6.

**10.5** Caracteriza falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

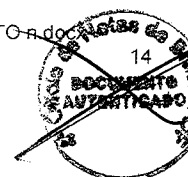
**10.6** Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a CONTRATANTE poderá aplicar multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 300,00
2	R\$ 500,00
3	R\$ 700,00
4	R\$ 900,00
5	R\$ 2.000,00
6	R\$ 5.000,00

Tabela 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Deixar de instalar Unidade de atendimento nas dependências do Tribunal, no prazo de 10 dias úteis, da assinatura do contrato	1	Por dia
2	Deixar de prestar a garantia contratual ou de efetuar a respectiva reposição ou atualização no prazo contratual.	1	Por dia e por ocorrência



*Superior Tribunal de Justiça*

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
3	Não dispor de Sistema de Gestão de Viagens Corporativas Reserve ou TMS – Travel Management System, com perfil corporativo, ou não disponibilizá-lo às unidades requisitantes e gestoras do Tribunal.	2	Por dia e por ocorrência
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por dia
5	Deixar de atender a solicitações de emissão, remarcação, alteração e cancelamento de bilhetes da CONTRATANTE durante o período de plantão	2	Por dia e por ocorrência
6	Atrasar a entrega das passagens aéreas, além do prazo previsto nos subitens 5.2 e 5.3.	1	Por ocorrência
7	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	6	Por dia
8	Não repassar integralmente todos os descontos promocionais de tarifas.	2	Por ocorrência
9	Não apresentar declarações das companhias aéreas atestando os percentuais de repasses a terceiros.	1	Por companhia aérea
10	Deixar, o preposto, de atender as solicitações das áreas gestoras	2	Por ocorrência
11	Cobrar valor da tarifa aérea superior ao efetivamente cobrado pela companhia aérea.	5	Por ocorrência
12	Deixar de substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	1	Por empregado e por dia.
13	Recusar-se a executar serviço determinado pelas unidades gestoras, sem motivo justificado.	4	Por ocorrência
14	Deixar de reembolsar, no prazo máximo de sessenta dias o valor da passagem aérea não utilizada.	3	Por ocorrência
15	Deixar de apresentar os relatórios de faturamento de bilhetes emitidos pelas companhias aéreas nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência	1	Por ocorrência
16	Atrasar injustificadamente a execução do Termo de Cessão de Uso ou descumprir qualquer dos seus itens	2	Por ocorrência
17	Entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação fiscal, trabalhista e previdenciária	4	Por ocorrência
18	Entregar com atraso ou incompleta a documentação fiscal, trabalhista e previdenciária	4	Por ocorrência



*Superior Tribunal de Justiça*

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
19	Não apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária	4	Por ocorrência
20	Não recolhimento do FGTS dos funcionários e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário,	5	Por ocorrência e por dia
21	Não pagamento do vale-transporte e do auxílio-alimentação	5	Por ocorrência e por dia
22	Não creditar os salários nas contas bancárias dos funcionários em agências localizadas em Brasília/DF	5	Por ocorrência e por dia

**10.7** O disposto nos itens anteriores não prejudicará a aplicação de outras penalidades a que esteja sujeita a CONTRATADA, nos termos dos artigos 87 e 88 da Lei n. 8.666/1993 e nas disposições da Lei n. 10.520/2002.

**10.8** O valor da multa aplicada, após regular procedimento administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou cobrado judicialmente.

**10.9** Excepcionalmente, *ad cautelam*, o CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo.

**10.10** Poderá ser instaurado procedimento administrativo para verificar a manutenção das informações prestadas pela contratada durante o procedimento licitatório, na hipótese de inadequação da estimativa de custos e receitas da proposta apresentada (art. 9º da IN n. 3, de 2015).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RELAÇÃO EMPREGATÍCIA E DOS ENCARGOS SOCIAIS**

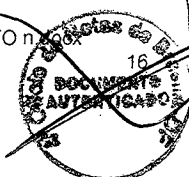
**11.1** As partes desde já ajustam que não existirá, para o CONTRATANTE, nenhuma solidariedade quanto às obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos empregados da CONTRATADA, cabendo a esta assumir, de forma exclusiva, todos os ônus advindos da relação empregatícia.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA CONTRATUAL**

**12.1** Para o fiel cumprimento das obrigações ora assumidas, a CONTRATADA entregará ao CONTRATANTE, no prazo de até dez dias úteis a contar da assinatura do Contrato, garantia no valor de R\$ 89.241,23 (oitenta e nove mil, duzentos e quarenta e um reais e vinte e três centavos) nos termos do artigo 56, § 1º, incisos I, II e III, da Lei n. 8.666/1993.

**12.2** Ao CONTRATANTE é reservado o direito de somente liberar a garantia de que trata o item 12.1, contado do término da vigência deste Contrato, caso haja adimplemento total de seu objeto.

**12.3** O CONTRATANTE poderá descontar da garantia os valores que a CONTRATADA passe a lhe dever em virtude da ocorrência de qualquer das situações expressamente previstas neste Contrato e na legislação pertinente.



**12.4** Caso o valor da garantia venha a ser utilizado em pagamento de qualquer obrigação, desde que atribuída à CONTRATADA, esta se obriga a efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de **dois** dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação por parte do CONTRATANTE.

**12.5** A garantia a que se refere o item 12.1 corresponderá a 3% (três por cento) do valor atribuído ao Contrato e será atualizada nas mesmas condições do ajuste.

**12.6** No caso de a CONTRATADA optar pela caução em dinheiro, esta deverá ser feita na Caixa Econômica Federal, conforme Decreto-lei n. 1.737, de 21/12/1979.

**12.7** A não entrega, pela CONTRATADA, da garantia prevista nesta cláusula, nos prazos previstos nos itens 12.1 e 12.4 deste ajuste, ensejará a retenção de até 10% (dez por cento) do valor mensal da fatura, limitada ao valor da garantia, enquanto perdurar o atraso.

**12.7.1** A inobservância dos prazos previstos nos itens 12.1 e 12.4 sujeitará ainda a CONTRATADA à aplicação das penalidades previstas no item 2 da Tabela n. 3 da Cláusula Décima - Das Penalidades.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO**

**13.1** O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses estabelecidas pelos artigos 77 a 79 da Lei n. 8.666/1993, o que a CONTRATADA declara conhecer.

**13.2** Reserva-se o CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente este Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.

**13.3** Na hipótese de a rescisão se dar por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que aquela tenha direito.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**14.1** A presente contratação foi precedida da licitação n. 215/2015, na modalidade Pregão Eletrônico, com fundamento na Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, nos Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005, n. 6.204, de 5 de setembro de 2007, e subsidiariamente, na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, na autorização constante no Processo STJ n. 17582/2015 e nas condições da Proposta apresentada pela CONTRATADA em 29/12/2015, razão pela qual integram este ajuste.

**14.2** Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei n. 10.520/2002 e do Decreto n. 5.450/2005 e, de forma subsidiária, da Lei n. 8.666/1993, nos princípios de direito público, e em outras leis que se prestem a suprir eventuais lacunas.

**14.3** A Seção de Apoio Logístico, a Coordenadoria de Serviços Especiais e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do presente ajuste, procedendo ao registro de eventuais ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
**NOTAS**  
**DOCUMENTO**  
**AUTENTICADO**


*Superior Tribunal de Justiça*

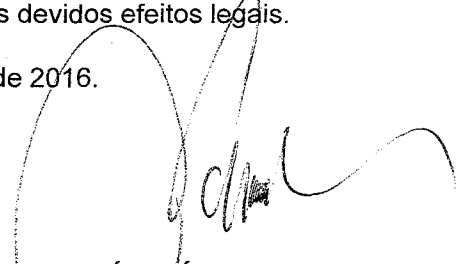
**14.4** Em conformidade com o disposto no parágrafo único, do artigo 61, da Lei n. 8.666/1993, o presente ajuste será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato.


**14.5** Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, fica eleito o foro de Brasília/DF.

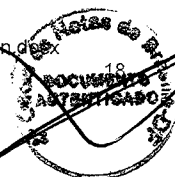
E, estando justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente Contrato em duas vias, de igual teor, para que surtam os devidos efeitos legais.

Brasília/DF, 11 de janeiro de 2016.

  
**MIGUEL AUGUSTO FONSECA DE CAMPOS**  
Diretor-Geral  
Superior Tribunal de Justiça

  
**SÉRGIO JOSÉ AMÉRICO PEDREIRA**  
Secretário de Administração  
Superior Tribunal de Justiça

  
**MARIA TEREZINHA PEREIRA AIRES**  
Sócia  
Aires Turismo Ltda Epp









## CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente **CONTRATO** tem por objeto a prestação de serviços de agenciamento de viagens que compreende a emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais e outros serviços correlatos, por meio de atendimento remoto (e-mail e telefone), pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da lei, de acordo com as especificações constantes no Edital de Licitação TSE n.º 19/2014 e seu Anexo I, modalidade pregão, e proposta da **CONTRATADA**, que passam a fazer parte deste instrumento, independentemente de transcrição, no que não conflitar com as disposições do presente **CONTRATO**.

## CLÁUSULA SEGUNDA DA EXECUÇÃO

A execução do objeto do presente contrato, sob o regime de empreitada por preço unitário, será realizada com a prestação dos serviços descritos em sua Cláusula Primeira, por meio do estabelecimento da **CONTRATADA**, CNPJ n.º 06.064.175/0001-49, segundo as condições estabelecidas no Edital de Licitação TSE n.º 19/2014, no seu Anexo I e na proposta da **CONTRATADA**.

## CLÁUSULA TERCEIRA DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

1. Promover o acompanhamento e a fiscalização deste contrato, por meio de fiscal designado, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**.
2. Atestar a execução do objeto por meio de fiscal especificamente designado.
3. Solicitar formalmente à **CONTRATADA** o reembolso dos bilhetes não utilizados.
4. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, a partir da atestação da nota fiscal pelo servidor responsável pela fiscalização, segundo as condições estabelecidas na Cláusula Sexta deste contrato.
5. Fiscalizar, na requisição de passagem aérea, a motivação da escolha do voo pelo requisitante, consoante disposto no parágrafo único do art. 22 da Resolução TSE n.º 23.323/2010.







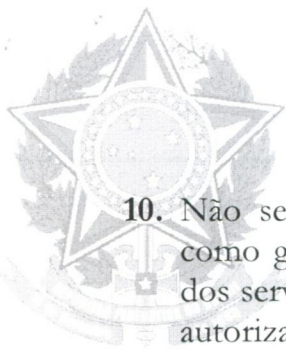
## CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** obriga-se a:

1. Iniciar a prestação do serviço, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação do extrato deste contrato na Imprensa Oficial.
2. Executar os serviços descritos em sua proposta, em conformidade com as especificações e condições previstas no Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação TSE nº19/2014 e neste Contrato;
3. Observar as normas legais quanto à regulamentação de atividades e serviços desempenhados por Agências de Viagens ou Agências de Viagens e Turismo (Decreto n.º 84.934, de 21 de julho de 1980).
4. Entregar, juntamente com a fatura, ao servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, relatório dos serviços prestados, contendo o detalhamento das passagens emitidas e dos demais serviços previstos no Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 19/2014, efetivamente utilizados, com a totalização de seus respectivos quantitativos e demais informações pertinentes, tais como: nome do usuário, horário, data da viagem, nome da companhia aérea/seguradora utilizada, numero do voo, entre outros.
5. Fornecer ao fiscal do contrato as regras tarifárias vigentes nas companhias aéreas que operam linhas regulares no território nacional.
6. Responsabilizar-se por quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, decorrentes da contratação dos serviços.
7. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por seus empregados, convenientes ou prepostos na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento do **CONTRATANTE**.
8. Assumir todos os encargos de eventual demanda trabalhista, cível ou penal relacionados aos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
9. Efetuar o pagamento dos bilhetes emitidos às companhias aéreas nos respectivos prazos exigidos pelas companhias aéreas, ficando estabelecido que o **CONTRATANTE** não responderá, sob qualquer hipótese, solidária ou subsidiariamente, por esse pagamento.

*Assinaturas manuscritas*



- 
10. Não se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do **CONTRATANTE**.
  11. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do **CONTRATANTE**, ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratado, devendo orientar seus empregados nesse sentido.
  12. Facilitar os trabalhos da fiscalização acatando imediatamente as instruções, sugestões, observações e decisões que emanem da fiscalização do **CONTRATANTE**, providenciando a imediata correção das deficiências apontadas quanto ao cumprimento dos serviços.
  13. Comprovar, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do contrato, possuir sede, filial e/ou instalações no Distrito Federal, para os contatos do **CONTRATANTE** com a **CONTRATADA** e para soluções de suas pendências.
  14. Indicar preposto, com domicílio no Distrito Federal, que responda pela **CONTRATADA** perante o **CONTRATANTE**, no que concerne à execução do contrato.
  15. Disponibilizar para o atendimento ao **CONTRATANTE** empregados devidamente treinados, com habilidade no uso do sistema de emissão de passagens bem como no trato pessoal, devendo substituir, no prazo de 2 (duas) horas, contadas a partir da comunicação formal justificada do Contratante, o funcionário que não atenda a contento as solicitações do TSE e/ou que se comporte de maneira adequada.
  16. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato.
  17. Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação.

#### CLÁUSULA QUINTA DO VALOR CONTRATUAL E DO REAJUSTE

1. O preço unitário a ser pago à **CONTRATADA** pelo serviço de agenciamento de viagens de R\$ 17,63 (dezessete reais e sessenta e três centavos), conforme proposta vencedora, e os percentuais fixados para os demais serviços correlatos são os constantes da tabela abaixo, sendo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) o valor estimado deste contrato.







Serviço	Preço Unitário
Agenciamento de Viagens (emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas)	R\$ 17,63

Serviços Correlatos	Percentual Incidente
Cotação e Emissão de seguro de assistência em viagens internacionais	20%
Reserva de Hotéis	20%
Reembolso de Bilhetes não utilizados	20%
Prestação de Atendimento VIP aos Senhores Ministros e demais autoridades, incluindo assistência para <i>check in</i> no aeroporto internacional de Brasília	40%

2. O preço cotado para o serviço de agenciamento de viagens será fixo e irrevogável nos primeiros 12 (doze) meses. Somente após esse período os serviços poderão ser reajustados mediante negociação entre as partes, momento no qual, será apreciada a possibilidade da aplicação do índice IPCA-E (IBGE), no período entre o mês básico da apresentação da proposta e o mês anterior ao reajuste, compreendendo sempre o período de 12 (doze) meses, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PR = \frac{IMR}{IMM} \times PA, \text{ onde:}$$

**PR** = Preço reajustado

**IMR** = Índice do IPCA-IBGE do mês anterior ao reajuste

**IMM** = Índice do IPCA-IBGE do mês de apresentação da proposta

**PA** = Preço anteriormente praticado

3. A administração antes de conceder o reajuste poderá exigir que a **CONTRATADA** apresente planilha demonstrativa com a efetiva variação de seus custos ocorrida no período do reajuste proposto.
4. Os percentuais fixados para os serviços correlatos serão fixos e irrevogáveis durante toda a vigência da contratação.



## CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

1. O pagamento do objeto do presente contrato será efetuado mensalmente, conforme descrito nos itens 9 e 10 do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação TSE n.º 19/2014, até o 8º (oitavo) dia útil, a partir da atestação da nota fiscal pelo servidor responsável pela fiscalização dos serviços, mediante depósito bancário em conta da **CONTRATADA**, observado o disposto na Lei n.º 9.430/1996, e a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei n.º 8.666/1993.

1.1. A remuneração total a ser paga à **CONTRATADA** será apurada a partir da soma dos valores dos serviços efetivamente realizados, conforme descrito na tabela abaixo mais o descrito no item 2.1, seguinte:

Serviço	Cálculo da Remuneração
Agenciamento de Viagens (emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas)	$VP \times N$
Cotação e Emissão de seguro de assistência em viagens internacionais	$P_2 \times VP \times N_2$
Reserva de Hotéis	$P_3 \times VP \times N_3$
Reembolso dos bilhetes não utilizados	$P_4 \times VP \times N_4$
Prestação de Atendimento VIP aos Senhores Ministros e demais autoridades, incluindo assistência para <i>check in</i> no aeroporto internacional de Brasília	$P_5 \times VP \times N_5$
<b>TOTAL DA REMUNERAÇÃO</b>	<b>Soma dos valores apurados acima</b>
<b>Legenda:</b> <b>VP</b> - Valor ofertado para prestação dos Serviços de Agenciamento de Viagens; <b>N</b> - quantidade de passagens emitidas no período faturado; <b>P<sub>2</sub></b> – percentual fixado para a prestação dos serviços de cotação e emissão de seguro de assistência em viagens internacionais; <b>N<sub>2</sub></b> - quantidade de seguros de assistência em viagens internacionais efetivamente utilizadas no período faturado; <b>P<sub>3</sub></b> – percentual fixado para a prestação dos serviços de reserva de hotéis; <b>N<sub>3</sub></b> - quantidade de reservas de hotéis efetuada no período faturado; <b>P<sub>4</sub></b> – percentual fixado para a prestação dos serviços de reembolso dos bilhetes não utilizados; <b>N<sub>4</sub></b> - quantidade de bilhetes reembolsados; <b>P<sub>5</sub></b> – percentual fixado para a prestação dos serviços de Atendimento VIP aos Senhores Ministros e demais autoridades, incluindo assistência para <i>check in</i> no aeroporto internacional de Brasília; <b>N<sub>5</sub></b> - quantidade de serviços de Atendimento VIP aos Senhores Ministros e demais autoridades, incluindo assistência para <i>check in</i> no aeroporto internacional de Brasília	







efetuada no período utilizado.

1.2. O servidor responsável pelo atesto da nota fiscal terá o prazo de até 4 (quatro) dias úteis para fazê-lo, contando-se esse prazo a partir de seu recebimento.

2. Para que seja efetuado o pagamento, a **CONTRATADA** deverá:

2.1. apresentar fatura referente aos bilhetes de passagens e seguros de viagens, que deverão ser entregues juntamente com o Relatório previsto no subitem 7.3 do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 19/2014, discriminando-se:

2.1.1. o valor total de cada bilhete de passagem aérea nacional e internacional emitida e das respectivas taxas de embarque;

2.1.2. o valor total de cada seguro de assistência em viagem internacional emitido;

2.1.3. os valores das retenções legais, na forma prevista no art. 12 da IN RFB nº 1.234, de 11.1.2012;


2.2. as faturas deverão ser entregues acompanhadas da cópia dos bilhetes emitidos e faturados, bem como da respectiva comprovação de utilização ou não de cada bilhete e da cópia da RPA – Requisição de Passagem Aérea, devidamente autorizada pelo Diretor-Geral do TSE no período faturado;

2.3. apresentar nota fiscal/fatura referente à remuneração pela prestação dos serviços, conforme estabelecido no item 9 do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 19/2014;

2.4. comprovar sua regularidade, bem como a da executora do objeto, perante a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito – CND), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF) e para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União fornecida pela Receita Federal do Brasil), admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma de lei, e ainda, perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT)

2.5. comprovação da quitação dos impostos e taxas e demais encargos que incidam sobre os pagamentos resultantes deste contrato.



- 
3. Os valores dos bilhetes faturados e não utilizados serão glosados da fatura apresentada pela Contratada, descontando-se os valores de eventuais multas aplicadas pelas Companhias Aéreas.
  4. O reembolso de valores pagos relativos a passagens regularmente emitidas e não utilizadas será efetuado mediante apresentação de **Nota de Crédito**, para fins de compensação com faturas a vencer, demonstrando entre outras informações o nº do bilhete da passagem emitida e não utilizada, o número da **RPA** – Requisição de Passagem Aérea, o nome do passageiro e da companhia aérea, o(s) trecho(s) do voo (ida e/ou volta), o valor da tarifa cobrada, os valores de eventuais multas ou taxas administrativas, taxas de embarque e o valor total líquido de crédito, com data e assinatura do representante da contratada.
    - 4.1 A Contratada deverá apresentar em até 30 (trinta) dias, contados da data da solicitação formal de reembolso feita pelo fiscal do Contrato, as notas de crédito relativas aos bilhetes.
  5. O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho.
    - 5.1. Eventual mudança do CNPJ do estabelecimento da **CONTRATADA** (matriz/filial), encarregada da execução do contrato, entre aqueles constantes dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, com antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis, da data prevista para o pagamento da nota fiscal, não se aceitando pedido de substituição de CNPJ após o dia 30 de novembro.
  6. Poderá ser dispensada a apresentação dos documentos enumerados no subitem 2.4 desta Cláusula, se confirmada sua validade em consulta *on-line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras das Certidões.
  7. Nos casos de pagamento efetuados após 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal, desde que **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo **CONTRATANTE**, entre o 31º (trigésimo primeiro) dia e a data da emissão da ordem bancária, será a seguinte:

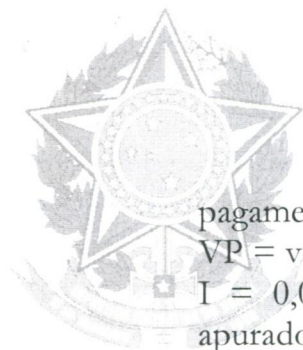
$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo





pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga;

I = 0,0001644 - índice de compensação financeira por dia de atraso, assim apurado:

$$I = (6/100)/365.$$

## CLÁUSULA SÉTIMA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente da execução do objeto do presente contrato correrá à conta dos recursos específicos consignados à Justiça Eleitoral no Orçamento da União, para o exercício de 2014, nos ELEMENTOS 33.90.33 e 33.90.39 – Passagem Aérea e Outros Serviços de Terceiros, do PROGRAMA 02.122.0570.20GP.0001 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, compromissada pelas Notas de Empenho emitidas em 30/04/2014, abaixo especificadas:

Nota de Empenho	Valor	Objeto
2014NE000809	R\$ 53.000,00	Agenciamento de viagens (Capacitação de Recursos Humanos)
2014NE000811	R\$ 120.000,00	Agenciamento de viagens (Informática)
2014NE000813	R\$ 47.355,50	Agenciamento de viagens (Projeto Biometria)
2014NE000814	R\$ 100.000,00	Agenciamento de viagens (Atualização e Manutenção do Sistema de Votação)
2014NE000817	R\$ 120.000,00	Agenciamento de viagens (Pleitos Eleitorais)
2014NE000818	R\$ 6.092,35	Taxa de agenciamento (Administração)
2014NE000819	R\$ 1.993,38	Taxa de agenciamento (Capacitação de Recursos Humanos)
2014NE000820	R\$ 5.299,00	Taxa de agenciamento (Informática)
2014NE000823	R\$ 2.649,50	Taxa de agenciamento (Projeto Biometria)
2014NE000825	R\$ 6.366,27	Taxa de agenciamento (Pleitos Eleitorais)
2014NE000833	R\$ 159.589,50	Taxa de agenciamento (Administração)
2014NE001027	R\$ 2.654,50	Agenciamento de viagens (Atualização e Manutenção do Sistema de Votação)

## CLÁUSULA OITAVA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. No caso de a **CONTRATADA** falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.



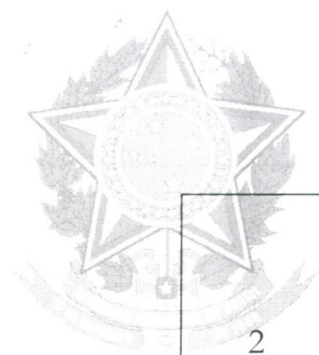
2. Pela inexecução total ou parcial, a **CONTRATADA** ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei nº 10.520/2002, a serem aplicadas pela autoridade competente do TSE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito à ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.
3. As sanções de advertência, bem como de impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública, poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** juntamente com as multas convencionais e de mora, descontando-as dos pagamentos a serem efetuados.
4. Caso a **CONTRATADA** não inicie a execução dos serviços quando convocada e nas condições avençadas, ficará sujeita à multa de mora de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor anual estimado do contrato, por dia de atraso injustificado, limitada sua aplicação até o máximo de 15 (quinze) dias. Após o 15º (décimo quinto) dia os serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução total do contrato, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e neste instrumento contratual.
5. A **CONTRATADA**, durante a execução do contrato, ficará sujeita a advertência e multa de mora, variável de acordo com a gravidade dos casos a seguir:
- 5.1. Para efeito de aplicação das penas de advertência e multa, às infrações são atribuídos graus, conforme as tabelas seguintes:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	Advertência
02	0,5% sobre o valor do faturamento do respectivo mês
03	1% sobre o valor total do bilhete
04	10% sobre o valor total dos bilhetes não emitidos
05	2% sobre o valor do faturamento do respectivo mês
06	0,2% sobre o valor da garantia contratual ou de sua complementação, se for o caso

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Não apresentação de documento que ateste a efetiva utilização do bilhete de passagem, quando solicitado pelo fiscal do Contrato, por dia, limitada a aplicação a 30 (trinta) dias.	03







2	Atraso injustificado na emissão da passagem aérea ou na prestação das atividades correlatas, previstos no item 2 do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação TSE n.º 19/2014, após o decurso do prazo máximo previsto no item 5.2 do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação TSE n.º 19/2014, por hora, limitada sua aplicação ao máximo de 60% (sessenta por cento).	04
3	Atraso injustificado na apresentação da Nota de Crédito relativa ao reembolso de bilhete não utilizado, por dia, limitada a 10 (dez) dias.	04
4	Falha ou indisponibilidade de acesso ao sistema de reserva de passagens previsto no subitem 5.20 do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação TSE n.º 19/2014, por ocorrência, limitada a aplicação a 5 (cinco) ocorrências.	05
5	Deixar de prestar a garantia de execução contratual ou complementá-la, se for o caso, nos termos da Cláusula Nona deste Contrato, por dia, limitada sua aplicação até o máximo de 7 (sete) dias.	06
6	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação TSE n.º 19/2014 não previstos nesta tabela de multas, por ocorrência.	01
7	Deixar de indicar formalmente um preposto, para responder perante o CONTRATANTE, por ocorrência, limitada a 5 (cinco) ocorrências.	02
8	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução do fiscal, por ocorrência, limitada a 10 (dez) ocorrências.	02
9	Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades, por ocorrência.	02
10	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação TSE n.º 19/2014 não previstos nesta tabela, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por ocorrência, limitada a 5 (cinco) ocorrências.	02

6. Será configurada a inexecução parcial do contrato, com as consequências previstas em lei e neste instrumento contratual, caso os limites máximos estabelecidos na tabela acima para aplicação de multa de mora sejam extrapolados.
7. Será aplicável, cumulativamente ou não com outras sanções, multa convencional de 20% (vinte por cento) sobre o valor anual estimado do contrato, na ocorrência



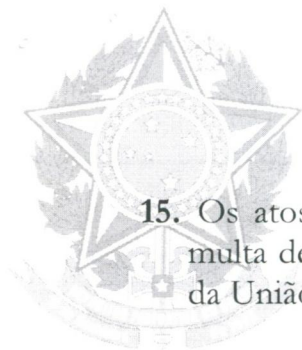


de inexecução total do contrato, e de 5% (cinco por cento) sobre o valor anual estimado do contrato na ocorrência de inexecução parcial, reconhecendo, desde já, a **CONTRATADA** os direitos da Administração, nos termos do art. 77 da Lei n.º 8.666/1993.

- 7.1. No caso de atraso na apresentação da garantia contratual ou de sua complementação por período superior ao previsto no item 5 da tabela acima, o percentual de multa convencional por inexecução parcial será aplicado sobre o valor total da garantia.
8. As multas de mora e convencional por inexecução parcial, quando aplicadas de forma isolada ou concomitante, não ultrapassarão o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato celebrado.
9. Na aplicação das penalidades previstas nesta Cláusula a autoridade competente poderá se valer dos princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, e da prevalência e indisponibilidade do interesse público, em decorrência de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados.
10. A **CONTRATADA**, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução dos serviços, total ou parcialmente, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, e em documento contemporâneo à sua ocorrência, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições deste contrato, ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração.
11. Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada automaticamente, ou ajuizada a dívida, consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, acrescida de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês.
12. O **CONTRATANTE** promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à **CONTRATADA**.
13. O período de atraso será contado em dias corridos.
14. Fica estabelecido que os casos omissos serão resolvidos entre as partes contratantes, respeitados o objeto do presente contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial as Leis n.º 8.666/1993 e n.º 10.520/2002, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.







15. Os atos administrativos de aplicação das sanções, com exceção de advertência, multa de mora e convencional, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

### CLÁUSULA NONA DA GARANTIA CONTRATUAL

1. Para fiel cumprimento das obrigações assumidas, a **CONTRATADA** prestará, nos 10 (dez) dias subsequentes à assinatura deste contrato, garantia no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), correspondente a 5% (cinco por cento) do seu valor, em uma das modalidades previstas no § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93.
2. A **CONTRATADA** se obriga a apresentar nova garantia, no prazo máximo de 2 (dois) dias antes do seu vencimento ou no caso de prorrogação do contrato, sendo que no caso de redução do seu valor em razão de aplicação de quaisquer penalidades, ou, ainda, após a assinatura de termo aditivo que implique na elevação do valor do contrato, o prazo máximo de apresentação de nova garantia ou de garantia complementar será de até 10 (dez) dias, contado da notificação ou da assinatura do referido aditamento, mantendo-se o percentual estabelecido no item 1 desta Cláusula.
3. Quando do encerramento ou rescisão contratual, na impossibilidade de reversão da totalidade dos cancelamentos efetuados, **na forma do item 3 da Cláusula Sexta deste Contrato**, o montante a ser glosado poderá ser deduzido da garantia apresentada na contratação, ou ser reembolsado ao órgão ou entidade, mediante recolhimento do valor respectivo por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU.
4. A garantia, ou a parte remanescente, será devolvida à **CONTRATADA** após o cumprimento integral das obrigações decorrentes do contrato.
5. A não apresentação da garantia, ou da sua complementação, quando for o caso, fora do prazo estabelecido, sem justificativa, ensejará a aplicação das sanções previstas neste contrato e em lei.

### CLÁUSULA DEZ DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Dos atos administrativos concernentes ao presente contrato cabe recurso nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993.



13



### CLÁUSULA ONZE DA RESCISÃO

O **CONTRATANTE** poderá rescindir o presente contrato, sem prejuízo das penalidades contratuais ou legais, no caso de sua inexecução total ou parcial ou nos demais previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/1993, e ainda nos seguintes:

- a) não correção dos defeitos ou deficiências devidamente notificados nos serviços prestados;
- b) descumprimento das condições de habilitação e qualificação legalmente exigidas, assim como das condições constantes deste instrumento e da proposta.

### CLÁUSULA DOZE DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

### CLÁUSULA TREZE DA VIGÊNCIA E DA DURAÇÃO

O presente contrato terá vigência a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União e duração de 12 (doze) meses, prorrogáveis nos termos da lei.

### CLÁUSULA QUATORZE DO FORO

O foro da Seção Judiciária do Distrito Federal é o competente para solucionar qualquer questão relativa ao presente contrato.

### CLÁUSULA QUINZE DA PUBLICIDADE

O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial da União, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, correndo as despesas por conta do **CONTRATANTE**.

  
14



E por estarem assim, justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma para todos os fins de direito.

Brasília/DF, de de 2014.

Leda Marlene Bandeira  
Diretora-Geral da Secretaria

Anderson Vidal Corrêa  
Secretário de Administração

Maria Terezinha Pereira Aires  
Diretora



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR**  
**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2012**

**CONTRATO Nº 50/2012**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM**  
**A COORDENAÇÃO DE**  
**APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE**  
**NÍVEL SUPERIOR E A EMPRESA AIRES**  
**TURISMO LTDA.**

**Contratante:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Fundação Pública instituída pelo art. 1º do Decreto nº 524 de 19/05/1992 com base na Lei nº 8405 de 09/01/1992, alterada pela Lei nº 11502 de 11/07/2007 e vinculada ao Ministério da Educação. CNPJ: 00.889.834/0001-08. Endereço: Setor Bancário Norte, Quadra 2, Bloco L, Lote 06, Brasília – DF, 70040-020.

Representante legal: Presidente, Jorge Almeida Guimarães, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 5579770-2, expedida pela SSP/SP, CPF/MF nº 048.563.847-91, nomeado pela Portaria da Casa Civil da Presidência da República nº 122, de 6 de fevereiro de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 9 de fevereiro de 2004, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado no Decreto nº 7.692, de 02 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 06 de março de 2012.

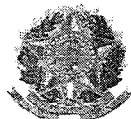
**Contratada:** AIRES TURISMO LTDA, CNPJ nº 06.064.175/0001-49, com sede na Quadra 714, Bloco H, Loja 20 – Asa Norte, telefone nº 61-32552124.

Representante legal: Diretora/Presidente, a Senhora Maria Terezinha Pereira Aires, brasileira, residente e domiciliada em QI 07 CJ I Casa 105-Guará, RG nº 538.091-SSP/DF, CPF nº 259.445.841-49

A Contratante e a Contratada celebram o presente contrato, nos termos da Lei nº 10.520, de 17/07/02, Decreto nº 2.271, de 07/07/97, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000 com a redação alterada pelo Decreto nº 3.693 de 20/12/2000 e pelo Decreto nº 3.784 de 06/04/2001, IN nº 02/2008 – SLTI/MPOG e suas alterações, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 8.666, de 21/06/93, com suas alterações, legislação correlata e demais normas que regem a matéria, mediante as Cláusulas e condições estabelecidas a seguir.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços de agenciamento e gerenciamento de viagens, compreendendo a emissão, remarcação e cancelamento de



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2012**

passagens aéreas, com complementação de trecho por vias terrestre (rodoviário e ferroviário), fluvial e aérea quando necessário, em âmbito nacional e internacional, conforme especificações e condições constantes deste instrumento, Edital, Termo de Referência e demais documentos.

**Subcláusula Única** - Integram o presente instrumento, independentemente de transcrição, a proposta da contratada, o Edital do Pregão Eletrônico nº 18/2012 e demais elementos constantes no Processo nº 23038.007864/2012-72.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO**

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei Nº 8.666/93.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO**

O valor total deste contrato será de R\$ 15.060.057,50 (quinze milhões sessenta mil cinquenta e sete reais e cinquenta centavos) cujos valores estão distribuídos conforme tabela abaixo:

GRUPO	ITEM	NATUREZA	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
1	1	33.90.39.25	Prestação de serviço de agenciamento de viagens	Serviço	15850	R\$ 7,33	R\$ 116.180,50
	2	33.90.33.01	Aquisição de Passagem aérea nacional (neste item deve ser registrado o valor estimado, portanto não deve ser alterado durante a fase de lance)	Bilhete	13850	R\$ 595,62	R\$ 8.249.337,00
	3	33.90.33.02	Aquisição de Passagem aérea internacional (neste item deve ser registrado o valor estimado, portanto não deve ser alterado durante a fase de lance)	Bilhete	2000	R\$ 3.347,27	R\$ 6.694.540,00
VALOR TOTAL R\$ 15.060.057,50							

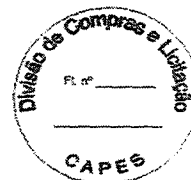
**4. CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia subsequente ao da prestação dos serviços através da apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada por servidor responsável pelo contrato.

**Subcláusula Primeira** - Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, motivada por erro ou incorreções, o prazo previsto no caput desta Cláusula

mel b





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR**  
**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2012**

passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação e serão examinadas as causas da recusa.

**Subcláusula Segunda** – A Contratante reserva-se no direito de suspender o pagamento se os serviços forem executados em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência.

**Subcláusula Terceira** – Para efeito de pagamento, a Nota Fiscal/Fatura deverá ser apresentada em 02 (duas) vias, em nome da Contratante, CNPJ nº 00.889.834/0001-08. Na Nota Fiscal/Fatura deve constar:

- a) Descrição dos serviços efetivamente prestados;
- b) Nome e número do banco, número da agência e número da conta corrente;
- c) Declaração de opção pelo Imposto Simplificado, se optante, ou declaração dos percentuais dos impostos a serem retidos na fonte, se não optante.

**Subcláusula Quarta** – A Contratante não fará nenhum pagamento à Contratada antes de paga ou relevada a multa que eventualmente lhe tenha sido aplicada.

**Subcláusula Quinta** – A Contratante pagará à Contratada somente os serviços efetivamente concluídos, de acordo com os valores cotados na proposta, que serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data do orçamento a que a proposta se referir.

**Subcláusula Sexta** – Será realizada consulta ao SICAF antes do pagamento ser efetuado à Contratada para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação. Os resultados da consulta serão anexados ao processo.

**Subcláusula Sétima** – Em cumprimento ao disposto no Art. 64, da Lei nº 9.430 de 27/12/96, Lei nº 9.718 de 27/11/98 e IN/CONJUNTA nº 23 de 02/03/2001, a Divisão de Execução Orçamentária e Financeira reterá na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, bem como a Contribuição sobre o Lucro Líquido, a Contribuição para a Seguridade Social – COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a pessoas jurídicas que não apresentarem cópia da Declaração de Opção do Simples Nacional ou Certificado de Isenção do IRPJ de que trata a Instrução Normativa SRF nº 75, de 26/12/96.

**Subcláusula Oitava** – A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

WEL  
b

13





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2012**

**Subcláusula Nona** – Caso seja constatada pendência na consulta ao SICAF, a Contratada será notificada para regularização. Caso tal irregularidade perdure por mais de 30 (trinta) dias, o contrato estará sujeito à rescisão unilateral.

**Subcláusula Décima** – Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento. Os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ em que:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

**5. CLÁUSULA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

A Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato de acordo com o parágrafo primeiro do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

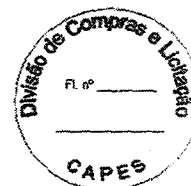
**Subcláusula Única** - É facultada a supressão além dos limites constantes nesta Cláusula mediante acordo entre as partes.

**6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE**

**Subcláusula Primeira** - Após assinatura do contrato, será admitido reajuste do preço contratado desde que observado o interregno mínimo de um ano e a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada, cabendo à contratada comprovar eventual variação dos custos, apresentando inclusive a Memória de Cálculo e Planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da contratante.

**Subcláusula Segunda** - Os novos valores contratuais decorrentes dos reajustes terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

*Handwritten signatures and marks at the bottom right of the page.*



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR**  
**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2012**

- a) A partir da assinatura do Termo Aditivo;
- b) Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos próximos reajustes futuros;

**Subcláusula Terceira** - A CONTRATANTE deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

**Subcláusula Quarta** - A CONTRATANTE poderá prever o pagamento retroativo de período que a proposta de reajuste permaneceu sob sua análise, por meio de Termo de Reconhecimento de Dívida.

**Subcláusula Quinta** - Na hipótese do item anterior, o período que a proposta permaneceu sob análise da contratante será contado como tempo decorrido para fins de contagem da anualidade do próximo reajuste.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO CRÉDITO DA DESPESA**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da CAPES.

**8. CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA CONTRATUAL**

A CONTRATADA prestará garantia no valor correspondente a 3% (três por cento) do valor da contratação, em até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste contrato, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas às obrigações contratuais.

**Subcláusula Primeira** - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

**Subcláusula Segunda** - O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato a título de garantia, a serem depositados com correção monetária.

**Subcláusula Quarta** - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR**  
**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2012**

- b) prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;

**Subcláusula Quinta** - No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

**Subcláusula Sexta** - Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

**Subcláusula Sétima** - A CONTRATANTE não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;
- c) descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela CONTRATANTE;
- d) atos ilícitos dolosos praticados por servidores da CONTRATANTE.

**Subcláusula Oitava** - Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas nesta Cláusula.

**Subcláusula Nona** - Será considerada extinta a garantia:

- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- b) no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros.

**Subcláusula Décima** - A garantia somente será liberada após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados aa contratante ou a terceiros.

**9. CLÁUSULA NONA- DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.**

A CONTRATADA obriga-se a cumprir fielmente as condições e exigências contidas nesse instrumento e no Termo de Referência.

wel b M



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR**  
**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2012**

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

A CONTRATANTE obriga-se a cumprir fielmente as condições e exigências contidas nesse instrumento e no Termo de Referência.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, serão designados representantes para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas observadas, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, obedecendo aos seguintes princípios:

- I. O representante da contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- II. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008.
- III. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.
- IV. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

**Subcláusula Única** - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO**

São motivos para a rescisão do Contrato:

*b*  
*nel*

*M*



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR**  
**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2012**

- I. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III. O atraso injustificado na execução dos serviços contratados ou a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação à Contratante;
- IV. Ocorrência de falhas reiteradas na execução dos serviços contratados, devidamente registradas no processo administrativo;
- V. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
- VI. A paralisação do fornecimento ou execução do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- VII. Razões de interesse público de alta relevância e de amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- VIII. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, nem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste contrato e no edital;
- IX. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- X. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- XI. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- XII. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- XIII. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- XIV. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes do fornecimento, ou parcelas destes, já recebidas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- XV. A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do fornecimento, nos prazos contratuais;

L ml

9



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR**  
**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2012**

- XVI. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- XVII. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
- XVIII. O descumprimento das obrigações ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado.

**Subcláusula Primeira** - A rescisão, devidamente motivada nos autos, será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**Subcláusula Segunda** - A rescisão deste Contrato poderá ser:

- I. Determinada por ato unilateral da Administração;
- II. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- III. Judicial nos termos da legislação.

**Subcláusula Terceira** - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**Subcláusula Quarta** - A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à Contratante, além das sanções previstas neste instrumento.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pela inexecução total ou parcial do objeto do presente Contrato, erros de execução, mora na execução dos serviços, a contratante poderá aplicar à CONTRATADA, as seguintes sanções:

- I. Advertência por escrito;
- II. Multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, calculada sobre o valor anual estimado para a contratação e até o 5º dia corrido, nos seguintes casos:

b.1) compensatória no percentual de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total do serviço de Agenciamento de Viagens, pela recusa em assinar o contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR**  
**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2012**

regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

b.2) moratória no percentual correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor total do serviço de Agenciamento de Viagens, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

b.3) moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do serviço de Agenciamento de Viagens, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato.

**III.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

**IV.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

**Subcláusula Primeira** – Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

**Subcláusula Segunda** – A sanção de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do Ministro de Estado, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**Subcláusula Terceira** – As sanções previstas nas alíneas “I”, “III” e “IV” da Cláusula Décima Terceira poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

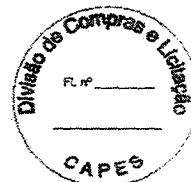
**Subcláusula Quarta** – A sanção estabelecida na alínea “IV” da Cláusula Décima Terceira é de competência exclusiva do Ministro de Estado, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**Subcláusula Quinta** – As multas deverão ser recolhidas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação enviada pela contratante.

**Subcláusula Sexta** – O valor das multas poderá ser descontado da nota fiscal, da garantia ou do crédito existente na contratante em relação à contratada. Caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

6 vel

5



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2012**

**Subcláusula Sétima** – As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado.

**Subcláusula Oitava** – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso da aplicação da penalidade descrita na alínea “TV” da Cláusula Décima Terceira, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Termo e das demais cominações legais.

**Subcláusula Nona** – As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**Subcláusula Décima** - As multas que por ventura tenham sido aplicadas a Contratada, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Contratante, a favor da Contratada. Caso não existam créditos, o valor correspondente a multa será descontado da garantia contratual, sendo que, se a multa imposta for superior aos valores da garantia prestada, além da perda desta, a diferença será cobrada por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU.

- I. O não pagamento da multa implica inscrição da Contratada na Dívida Ativa da União.

**Subcláusula Décima Primeira** - No caso de aplicação de multa contratual, a contratante poderá reter a liberação ou restituição da garantia contratual apresentada pela CONTRATADA, de forma a assegurar o adimplemento da penalidade pecuniária aplicada.

**Subcláusula Décima Segunda** - Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso da execução dos serviços advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

**Subcláusula Décima Terceira** - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784, de 1999.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de 02/01/2013, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada a sua duração à 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, II da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Única** - Toda prorrogação contratual será precedida de avaliação dos preços praticados no mercado para serviços da espécie para que seja verificada a manutenção da vantajosidade da contratação.

*6 val*

*12*





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR**  
**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2012**

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS ALTERAÇÕES**

Este contrato sofrerá alterações, consoante disposições do Art. 65, da Lei n.º 8.666, de 1993, por meio de Termo Aditivo.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO**




A CONTRATANTE, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da assinatura do contrato, emitirá ordem à Imprensa Nacional para que faça publicar seu extrato no Diário Oficial da União – DOU.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO**

Para dirimir as dúvidas e/ou conflitos oriundos da execução deste Contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal.

E assim, por estarem as partes de acordo e ajustadas e após lido e achado conforme, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, que desde já, consideram abonadas em juízo ou fora dele, obrigando-se por si e seus sucessores a fazê-lo cumprir nos termos e condições estipulados.

Brasília-DF, 02 de janeiro de 2013.

<p><b>Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior</b></p> <p> <b>Jorge Almeida Guimarães</b> Presidente da Capes</p>	<p><b>AIRES TURISMO LTDA</b></p> <p> <b>Maria Terezinha Pereira Aires</b> Diretora/Presidente</p>
<p><i>VINÍCIOS PEREIRA AIRES</i> 010-630.291-47 RG. 2368986</p> <p><b>testemunha</b> <b>(RG e CPF)</b></p>	<p> <b>Welanário Damasceno Ramalho</b> Analista em Ciência e Tecnologia SIAPE 1680529</p> <p>RG: 2272 652 SS/DF CPF 732133221-72</p> <p><b>testemunha</b> <b>(RG e CPF)</b></p>

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 001/2016**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 005/2016**

Aos vinte dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, a Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, doravante denominada **CONTRATANTE**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 66.991.647/0001-30, neste ato representada pelo Gerente de Administração e Finanças, Sr. Francisco Wagner Ruiz, em conformidade com o resultado do Pregão Eletrônico nº 005/2016, devidamente homologado à fl. 156 à 159 do aludido processo, resolve, nos termos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, da Lei 10.520/02 e do Decreto 7.892/2013, **REGISTRAR OS PREÇOS** para futura contratação de empresa para prestação de serviços de hospedagem em apartamentos single, duplos e triplos incluso café da manhã, nas regiões Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sul e Sudeste para atender a FAI.UFSCar, pelo período de 12 (doze) meses, a serem prestados pela empresa cujo serviço foi adjudicado na licitação, doravante designada **FORNECEDORA**, em conformidade com o Edital do Pregão Eletrônico e seus anexos e com as cláusulas e condições que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FORNECEDORA**

AIRES TURISMO LTDA, com sede no endereço SHCGN, QD 714, Bloco H, Loja 20 – Asa Norte – Brasília / DF – CEP 70.760-558, inscrita no CNPJ nº 07.451.581/0001-44, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sr. Cristiano Pereira Aires, portador da Carteira de Identidade nº 17313 CRA/DF e do CPF nº 657.633.601-25, domiciliado à QI 07, CJ I, Casa 105 – Guará – Brasília / DF – CEP 71.020-096.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

**2.1.** A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura contratação de empresa para prestação de serviços de hospedagem em apartamentos single, duplos e triplos incluso café da manhã, nas regiões Centro-Oeste, Nordeste,



**Norte, Sul e Sudeste para atender a FAI.UFSCar**, pelo período de 12 (doze) meses, em conformidade com o Pregão Eletrônico 005/2016 e seus anexos.

**2.2.** Os serviços serão prestados de acordo com a necessidade e conveniência da CONTRATANTE, mediante a expedição e envio de ORDEM DE SERVIÇO.

**2.3.** A existência de preços registrados não obriga a CONTRATANTE a contratar o serviço, sendo facultada a realização de licitação específica para o serviço pretendido, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**2.4.** Serão consideradas todas as cidades das regiões Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sul e Sudeste do Brasil.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

**3.1.** Conforme Ata da Sessão Pública do Pregão Eletrônico 005/2016, o preço registrado, a especificação dos serviços, o quantitativo, a empresa FORNECEDORA/CONTRATADA são aqueles constantes da Ata de realização do referido pregão eletrônico.

Período	Serviço	Total anual estimado da contratação	VALOR UNITÁRIO AGENCIAMENTO DE HOSPEDAGEM
12 (doze) meses	Futura contratação de empresa para prestação de serviços de hospedagem em apartamentos single, duplos e triplos incluso café da manhã, nas regiões Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sul e Sudeste para atender a FAI.UFSCar	R\$ 500.000,00	R\$ 0,01

	A presente Ata refere-se <b>EXCLUSIVAMENTE</b> ao valor referente a <b>TAXA UNITÁRIA DE AGENCIAMENTO DE HOSPEDAGEM.</b>		
--	---	--	--

**3.2.** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou por elevação do custo, devendo, no último caso, a fornecedora comprovar por meio de demonstração analítica a elevação do custo do bem registrado.

**3.2.1.** Quando o preço registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço de mercado, a fornecedora será convocada para negociar a redução de preços para adequação ao preço de mercado, e, se frustrada a negociação, a CONTRATANTE convocará os demais fornecedores, por ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

**3.2.2.** Quando o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e a fornecedora, demonstrar analiticamente a elevação dos custos e a quebra do equilíbrio econômico-financeiro que a impossibilite de cumprir com o preço registrado, a CONTRATANTE poderá:

**3.2.2.1.** Liberar a fornecedora do compromisso assumido sem aplicação de penalidade, desde que fique comprovada a veracidade dos motivos apresentados pela fornecedora e se este comunicar à CONTRATANTE no prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência ao pedido de fornecimento.

**3.2.2.2.** Aplicar as penalidades cabíveis, nos termos da cláusula nona desta Ata, caso não fique comprovada a impossibilidade de cumprir com o preço registrado e a fornecedora se recuse a cumpri-lo.



**3.2.3.** Em ambas as situações dos itens 3.2.2.1 e 3.2.2.2, a CONTRATANTE poderá convocar os demais fornecedores, por ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**4.1.** A convocação da FORNECEDORA/CONTRATADA para prestação do serviço, nas quantidades requisitadas pela CONTRATANTE, será feita mediante o envio da ORDEM DE SERVIÇO.

**4.2.** Os serviços compreendidos nesta Ata de Registro de Preço, referem-se à prestação de serviço de hospedagem (apartamentos single, duplos e triplos); depósito de bagagens e objetos de uso pessoal dos hóspedes, incluindo os serviços conexos, como arrumação e limpeza dos quartos, e acesso e uso das dependências de uso comum dos hóspedes. Respeitadas as reservas confirmadas, o estabelecimento não poderá se negar a receber hóspedes, salvo por motivo justificável ou previsto na legislação em vigor.

**4.3.** O uso do frigobar, lavanderia, locação de veículos, consumo de bebidas alcoólicas, ligações telefônicas externas de qualquer caráter ou outros serviços não descritos nesta Ata, serão de inteira responsabilidade dos hóspedes, não se responsabilizando a CONTRATANTE por tais gastos, devendo o hóspede ser devidamente informado no ato de seu ingresso no hotel.

**4.4.** O apartamento deverá ser equipado com televisão, TV a cabo, frigobar, ar condicionado, chuveiro com aquecimento, telefone (para ligações internas), serviços de internet (banda larga) por meio de sistema “wi-fi”, de uso ilimitado e sem ônus para o hóspede, inclusive nos quartos.

**4.5.** O hotel deverá disponibilizar uma vaga de estacionamento para cada hóspede como cortesia.

**4.6.** O vencimento da diária será após 24 (vinte e quatro) horas do registro de entrada do hóspede no hotel.

**4.7.** O hotel deverá possuir restaurante localizado em suas dependências, com direito a café da manhã, incluso no valor da diária:

**4.7.1.** O café da manhã deverá conter no mínimo: 02 (dois) tipos de sucos, café, leite, chá, achocolatado, água, biscoito e bolachas variadas, bolo caseiro, lanche frio, pão francês, pão de forma, manteiga, geleia, mussarela, queijo branco, presunto, mini pão de queijo, e frutas variadas;

**4.7.2** A alimentação a ser fornecida aos hóspedes deverá ser realizada no Restaurante do Hotel, com ambiente climatizado.

**4.8.** A FORNECEDORA/CONTRATADA obrigará-se a cumprir com o serviço contratado junto à CONTRATANTE, de forma parcelada, conforme a necessidade e solicitação.

**4.9.** A não prestação do serviço no prazo estabelecido pela CONTRATANTE caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, ficando sujeita às sanções legais.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**5.1.** Possuir instalações elétricas e hidráulicas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e legislação aplicável.

**5.2.** Possuir instalações de emergência, para a iluminação de áreas comuns e para o funcionamento de equipamentos indispensáveis à segurança dos hóspedes.



- 5.3. Possuir elevador para passageiros e cargas, ou serviço, em prédio com quatro ou mais pavimentos, inclusive o térreo, ou conforme posturas municipais.
- 5.4. O hotel deverá ter acessibilidade, ou seja, adaptado para receber pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- 5.5. Possuir instalações e equipamentos de segurança contra incêndio e pessoal treinado a operá-lo, de acordo com as normas estabelecidas e pelo Corpo de Bombeiros local.
- 5.6. Possuir recepção apta a permitir a entrada, saída, registro e liquidação de conta dos hóspedes, durante 24 horas.
- 5.7. Limpar e arrumar diariamente os apartamentos, com fornecimento e troca de roupa de cama e banho, bem como de artigos comuns de higiene pessoal, por conta do estabelecimento.
- 5.8. Possuir pessoal de serviço em quantidade e com a qualificação necessárias ao perfeito funcionamento do meio de hospedagem.
- 5.9. Manter pessoal permanentemente uniformizado e/ou convenientemente trajado, de acordo com as funções que exerçam.
- 5.10. Observância das demais normas e condições necessárias à segurança, saúde/higiene e conservação/manutenção do meio de hospedagem, para atendimento ao consumidor.

## CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

### 6.1. São obrigações da FORNECEDORA/CONTRATADA:

FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Rod. Washington Luís, km 235 • C.P. 147 • CEP: 13565-905 • São Carlos - SP • Brasil  
Telefone: (16)3351-9000 • Fax: (16)3351-9008 • E-mail: fai@fai.ufscar.br • Site: www.fai.ufscar.br

**6.1.1.** Prestar os serviços de hospedagem e alimentação de acordo com as especificações contidas no Edital e Termo de Referência do Pregão Eletrônico 005/2016 e seus anexos;

**6.1.2.** Designar seu preposto que acompanhará a execução dos serviços;

**6.1.3.** Fornecer serviços de comprovada qualidade e mão-de-obra especializada necessária à execução do objeto a ser contratado;

**6.1.4.** A FORNECEDORA/CONTRATADA deverá apresentar Alvará da Vigilância Sanitária expedido pelo Órgão da Vigilância Sanitária competente da Secretaria de Saúde do Estado ou do Município de origem do hotel, quando houver delegação de competência para emissão de alvará pelo Município, dentro do prazo de validade;

**6.1.5.** Arcar com todos os encargos sociais e trabalhistas, previstos na legislação vigente, e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora, no que diz respeito aos seus empregados;

**6.1.6.** Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que venham ser vítimas os seus empregados em serviço, cumprindo todas as suas obrigações quanto às leis trabalhistas e previdenciárias e lhes assegurando as demais exigências para o exercício das atividades;

**6.1.7.** Comunicar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada na execução dos serviços;

**6.1.8.** Responder integralmente pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução dos serviços, não sendo causa de redução ou exclusão desta responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo fiscal da Ata;



**6.1.9.** Manter, durante a execução do serviço, todas as condições exigidas para a participação na licitação e para a contratação, comunicando à CONTRATANTE qualquer fato superveniente que altere as referidas condições.

**6.2. São obrigações da CONTRATANTE:**

**6.2.1.** Encaminhar Ordem de Serviço à FORNECEDORA/CONTRATADA, solicitando os serviços de hospedagem, contendo o nome, bem como, a previsão da data e horário de entrada e saída do hóspede, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas antes da data prevista para a hospedagem;

**6.2.2.** Deverão ser consideradas as solicitações de hospedagem com prazo menor que o do item anterior, até o limite de apartamentos não reservados;

**6.2.3.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA/CONTRATADA;

**6.2.4.** Efetuar o pagamento do preço ajustado, de acordo com os prazos e condições estipulados na Cláusula Terceira e conforme as quantidades requisitadas.

**6.2.5.** Designar o servidor de seu quadro de pessoal, encarregado da fiscalização da execução da presente Ata.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR E DO PAGAMENTO**

**7.1.** Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a contar da data da apresentação da NOTA FISCAL ao GESTOR DA ATA mediante depósito em conta bancária jurídica indicada pela FORNECEDORA/CONTRATADA.

**7.2.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a FORNECEDORA/CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

**7.3.** O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo funcionário competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal apresentada em relação ao serviço prestado.

**7.4.** O pagamento será efetuado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente jurídica indicados pela FORNECEDORA/CONTRATADA.

**7.5.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.5.1.** A FORNECEDORA/CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA**

**8.1.** A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

## **CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES**

**9.1.** A FORNECEDORA que, injustificadamente, não apresentar documentação exigida para o certame, apresentar declaração falsa, não assinar a Ata de Registro de



preços, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do ajustado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a CONTRATANTE pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas nesta ata e das demais cominações legais.

**9.2.** Salvo a existência de motivo expressamente justificado e aceito, a inexecução total ou parcial do ajustado ensejará sua rescisão pela Administração, pelos motivos, na forma e com as consequências previstas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades a que aludem os artigos 86 a 88 do mesmo instituto legal.

**9.3.** Ficam estabelecidas as seguintes multas, sobre o valor do empenho relativo aos serviços a serem prestados, contado a partir do último dia do prazo definido nesta Ata, as quais serão descontadas na nota fiscal por ocasião do pagamento:

- do 1º ao 5º dia de atraso, multa única de 1% (um por cento);
- do 6º ao 10º dia de atraso, multa diária de 2% (dois por cento);
- a partir do 11º dia de atraso, multa diária de 3% (três por cento).

**9.3.1.** Os dias de atraso serão contados a partir do primeiro dia útil posterior ao último dia do prazo de entrega.

**9.3.2.** Na reincidência, as multas serão cobradas em dobro.

**9.3.3.** A aplicação das multas estabelecidas nesta cláusula não impede que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente o ajuste e/ou aplique as demais sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei n.º 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002.

**9.4.** Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos à FORNECEDORA o contraditório e a prévia defesa.

**9.5.** A rescisão do ajustado por culpa da fornecedora, por inexecução do ajustado, implicará pagamento de multa de 20% (vinte por cento) do valor total desta Ata de Registro de Preços ou do serviço não prestado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECOLHIMENTO DAS MULTAS**

**10.1.** As multas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por rescisão do ajuste por culpa da FORNECEDORA, serão descontadas dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou, quando inexistir qualquer crédito a favor da FORNECEDORA, deverão ser por ele recolhidas no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por "Aviso de Recebimento-AR", sob pena de execução judicial.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS TRANSFORMAÇÕES DA EMPRESA E DA TRANSFERÊNCIA OU CESSÃO DA ATA**

**11.1.** Ocorrendo as hipóteses de transformação empresarial previstas no art. 78, inc. VI, da Lei n.º 8.666/1993, a presente Ata poderá ser mantida com a EMPRESA remanescente, ou cedida ou transferida, mediante prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e a seu exclusivo critério, e desde que:

a) a empresa remanescente, ou a beneficiária da cessão ou da transferência, demonstre possuir todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital ao qual está vinculada esta Ata;

b) a empresa seja beneficiária da cessão ou transferência também em decorrência das hipóteses de transformação previstas no art. 78, inc. VI, da Lei n.º 8.666/1993; e não se verifique fraude à licitação.



## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

**12.1.** O registro do fornecedor será cancelado quando:

**12.1.1.** Descumprir as condições da Ata de Registro de Preço;

**12.1.2.** Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**12.1.3.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

**12.1.4.** Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

**12.2.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4 será formalizado por despacho da Contratante, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**12.3.** O cancelamento do registro de preço poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

**12.3.1.** Por razão de interesse público; ou

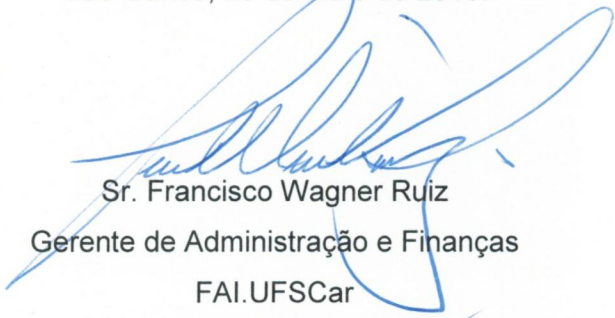
**12.3.2.** A pedido do fornecedor.


## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

**13.1.** As partes elegem o Foro de São Carlos - SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, ou venha a se tornar, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes desta Ata, o qual é celebrado sob a égide da Lei nº 8.666/93, das disposições complementares vigentes e do Código Civil Brasileiro.

**E POR ESTAREM ASSIM JUSTAS E CONTRATADAS,** as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

São Carlos, 20 de maio de 2016.

  
Sr. Francisco Wagner Ruiz  
Gerente de Administração e Finanças  
FAI.UFSCar

  
Sr. Cristiano Pereira Aires  
Diretor Presidente  
AIRES TURISMO LTDA

Testemunhas:

1.  \_\_\_\_\_

Nome: Elaine Pinatti

RG.: 28.988.838-4

2.  \_\_\_\_\_

Nome: Natalia de Aguiar Santos

RG.: 46.533.572-x